

# AMB NewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos, Dispensa de Registo N.º.03/GABINFO-DEC/2015; Editor: Secretaria Geral AMB. Ed. N.º03, Abril - Junho 2015  
ambancos@teledata.mz [www.amb.co.mz](http://www.amb.co.mz)

## Assembleia-Geral da AMB aprova relatório de actividades e contas de 2014

✍ E ratifica adesão da UBA como membro efectivo da Associação



**Análise**

### **Project Finance**

**Alavanca de desenvolvimento da economia**

Dr. Oldemiro Belchior - Chief Economist AMB

**Pág. 11**

**Desafios das PME's no acesso ao financiamento bancário**

**Pág. 8**

Entrevista: Dr. Helder Chambisse

**NO FINANCIAMENTO ÀS PME's:**

**Exige-se dos bancos uma visão abrangente para acrescentar valor  
reduzir taxas de juro**

**Pág. 3**



Dr. José Mussane  
Secretário Geral da AMB

# EDITORIAL

## Basileia II, Derrapagem do Metical e Desafios na Inclusão Financeira

O ritmo de expansão da actividade económica em 2014, continuou elevado, com o crescimento do PIB nacional a manter-se acima de 7% pelo quarto ano consecutivo. Os sectores da indústria extractiva, construção e serviços financeiros continuam a ser os grandes impulsionadores do crescimento económico.

O último estudo elaborado pela KPMG apresenta um cenário positivo e de crescimento robusto para o sector bancário moçambicano. De acordo com as perspectivas do "The Economist Intelligence Unit", o sector bancário moçambicano irá apresentar um crescimento médio dos seus Activos de cerca de 20% por ano, para o período 2014 a 2018, podendo vir a atingir um peso de cerca de 65% no PIB anual do país. Sendo o sector bancário um dos maiores impulso-nadores da economia, espera-se um crescimento robusto acompanhando as expectativas de crescimento económico.

A aposta no segmento das pequenas e médias empresas irá representar o motor de crescimento de curto prazo esperado para o sector da banca em Moçambique. Por outro lado, o investimento no desenvolvimento de soluções de carteira móvel, produtos financeiros estruturados, expansão da rede de agências bancárias, novas tecnologias, inclusão financeira, constituem alguns desafios do processo de bancarização da economia.

Na presente Edição, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB), entrevistou o Dr. Helder Chambisse que apresenta-nos uma visão abrangente do sector financeiro, com foco nos principais desafios, oportunidades e perspectivas de crescimento para o ano 2015.

Na presente edição da AMBNewsLetter mereceu ainda a nossa atenção a realização da Assembleia Geral da AMB que, para além da aprovação do relatório de actividades e contas de 2014, ratificou a adesão de mais um membro. Trata-se de United Bank for Africa (UBA) que eleva a nossa Associação para 16 membros

efectivos.

Durante o trimestre passado, registaram-se actividades de grande impacto no ramo financeiro em Moçambique que tiveram dimensões domésticas e internacionais. Acompanhamos as actividades realizadas pelo Banco de Moçambique, no âmbito dos 40 anos da criação do moeda nacional, o Metical e a realização do Simpósio Internacional que abordou os desafios da inclusão financeira em Moçambique. Moçambique ainda acolheu o X Fórum Global do Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), evento inserido no âmbito da 40ª Reunião Anual do BID com a temática de Investir nas ideias e fazer da inovação uma cultura para soluções inovadoras para micro finanças acessíveis em África. Estes e outros eventos fazem parte da presente edição, pelo que, colocamos aos estimados leitores uma oportunidade de partilha de visões e opiniões a volta da actividade financeira em Moçambique: desafios e oportunidades.

Acompanhe-nos em!

[www.amb.co.mz](http://www.amb.co.mz)

- ⇒ Sobre nós
- ⇒ Sistema Financeiro
- ⇒ Educação Financeira
- ⇒ Estudos e Publicações
- ⇒ Notícias
- ⇒ Entrevistas sobre análise financeira em Moçambique e no mundo
- ⇒ E muito mais



# Entrevista

## NO FINANCIAMENTO ÀS PME:

## **Exige-se dos bancos uma visão abrangente para acrescentar valor e reduzir taxas de juro**

● Defende Helder Chambisse, Administrador Delegado do BancABC

Em entrevista ao AMBNewsletter, Helder Chambisse, economista moçambicano, com mais de vinte anos de experiência faz uma avaliação sobre a implementação do novo Acordo de Adequação de Capital (designado por Basileia II), perspectiva o crescimento do sector financeiro em Moçambique e aponta os principais desafios da inclusão financeira em Moçambique. Mas iniciamos a conversa comentando sobre a depreciação da moeda nacional o Metical face ao dólar americano e o seu impacto, como assunto da actualidade.

**AMBNewsletter (AMBN):** Dr Chambisse, porquê esta derrapagem acentuada do Metical no meio do ano e que impacto isto pode trazer para Moçambique e para os Moçambicanos?

**Helder Chambisse (HC):** A principal razão para a depreciação do Metical é o desfasamento entre a oferta e a procura de moeda estrangeira no mercado, que por sua vez, tem por detrás de si vários factores dos quais posso destacar: a redução das receitas de exportação, decorrente da baixa do preço das mercadorias exportadas pelo país, algum atraso ou redução na entrada de fundos de cooperação o que foi agravado por algum aumento da factura das importações. É uma perturbação conjuntural, que consideraria normal, mas que ao mexer com as expectativas dos agentes económicos, num cenário de alguma instabilidade política pós-eleitoral, algum abrandamento da actividade económica no arranque do ano, agravou-se num cenário que hoje se assiste. O impacto é enorme, uma vez que o país continua um importador líquido não só de bens finais de consumo, mas também matérias-primas, o que vai agravar o nível geral de preços e os custos de produção. As perdas cambiais para as empresas que têm que importar matéria-prima, mas vendem os seus produtos em moeda nacional, serão incomportáveis com o nível de depreciação a que assistimos o que vai afectar a sua rentabilidade com todos os efeitos negativos daí advenientes. A curto prazo, penso que as autoridades estão a fazer o seu trabalho, principalmente no que respeita à persuasão moral de forma a



Dr. Helder Chambisse, Administrador Delegado do BancABC em entrevista exclusiva ao AMBNewsletter

acalmar as expectativas mais alarmantes de alguns sectores do mercado. Tudo depende dos recursos que podem ser canalizados para suportar a moeda nacional no mercado e penso que se as poucas receitas de exportação forem canalizadas para o mercado, os fluxos de investimento estrangeiro e de ajuda externa se normalizarem, tendo em conta

o desanuiamento da situação política no país, associado à acção do Banco Central no mercado, ainda que as reservas internacionais estejam sob pressão, penso que o câmbio estabilizará. Podemos não ter uma re-apreciação da moeda a curto prazo, mas pelo menos estabiliza a tendência da taxa de câmbio.



**AMB:** A alteração do novo regime prudencial nos moldes de Basileia II, entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro 2014. Passado mais de um ano, como avalia o actual estágio de implementação do novo Acordo de Adequação de Capital (Basileia II)?

**HC:** Creio que teve um impacto, não diria negativo, mas sim adverso, atendendo que reduziu o capital disponível para aquela actividade que era a única que é creditícia, passando a alocar para o risco de mercado e risco operacional. Isto reduz obviamente o que está disponível para o risco de crédito. O aumento de capital que aconteceu nos bancos visa essencialmente aumentar a capacidade creditícia face a alocação de capital para cobertura do risco de mercado e risco operacional. O impacto foi normal e tínhamos que nos adequar de qualquer modo com as práticas internacionalmente aceites nos bancos globais e também correlacionarmo-nos com as outras contrapartes estrangeiras. Portanto, o mercado moçambicano tinha que se adaptar a este novo quadro regulamentar que estabelece novos requisitos de adequação de capital, facto que é uma adequação normal para a sofisticação do sistema financeiro nacional.

**AMB:** Quais os principais desafios e oportunidades da nova legislação regulamentar (Basileia II), e quais os impactos esperados no sistema

financeiro?

**HC:** O mais importante é aferição do risco porque não temos informação suficiente para aferir o risco de crédito. Este risco é aquele que nós já estávamos há mais tempo a lidar com ele, mas mesmo assim é necessário termos novos elementos por forma a ter aferição precisa do risco em que incorremos. O risco que ocorre é que os bancos irão alocar mais capital reduzindo o seu crescimento. Vão ter mais capital do que aquele que precisam. Por outro lado, os bancos têm que criar modelos apropriados para aferição de riscos de forma integrada.

**AMB:** O sector bancário em Moçambique continua a ser dominado por três grandes bancos, que em conjunto detêm mais de 70% da quota de mercado (depósitos e crédito). Como é que avalia a concorrência existente no mercado? Concorde com a ideia que existe uma cartelização bancária para determinar as taxas de juro do mercado?

**HC:** Não. Cartelização creio que não existe ainda que haja um elevado nível de concentração dos dois ou três bancos quase com cerca de 80 por cento da quota do mercado, tanto em crédito como em depósitos. Quer os mutuários, assim como os grandes depositantes têm acesso a outros bancos e não existe ainda um nível de fidelização muito elevado. Os grandes clientes relacionam-se, geralmente, com mais do que um banco e há espaço para consulta de preços e obter o mais

adequado. Creio que o domínio de determinados bancos resulta do investimento feito na rede bancária. A cobertura geográfica, o número de agências e de clientes, determinam o volume de negócios. Entre os maiores bancos existentes no mercado, um deles nos últimos três anos teve um crescimento muito elevado e chegou a posição de segundo maior banco comercial, exactamente por causa do investimento que foi realizado. É fundamental investir e depois haver reflexo no volume de negócios. Mesmo o quarto maior banco actualmente, também é um banco recente (criado há sete anos) e fez investimentos elevados em tecnologia, pessoas, agências, etc, facto que se reflecte no volume das transacções comerciais. Sim, existe concentração, mas também o nível de competitividade também é elevado. Os bancos de menor dimensão têm acesso aos clientes dos maiores e podem competir de forma clara em algumas operações. Cartelização creio que não. As taxas de juro decorrem de aspectos estruturais da nossa economia e do nosso sistema o que faz com que o custo de captação de depósitos (custo de *funding*) continue a ser oneroso conjugado com os riscos da operação de crédito, facto que contribui para elevar o nível das taxas de juro no mercado.

**AMB:** O último estudo elaborado pela KPMG apresenta um cenário positivo e de crescimento robusto para o sector bancário moçambicano à data de referência de 31 de Dezembro de 2013. Quais as perspectivas financeiras para o ano 2015, atendendo aos riscos de inflação, abrandamento da actividade económica (devido ao impacto das cheias), tensão política, retracção de investimento nacional e estrangeiro?

**HC:** O sistema financeiro é sempre o reflexo da economia de qualquer país. No caso de Moçambique, os dados estatísticos disponíveis indicam que o sistema financeiro é um dos que mais contribui para o crescimento económico. Como o país está a crescer decorrente do volume de investimentos, o sector financeiro assume um papel fulcral neste processo de crescimento. O sector financeiro irá acompanhar os desafios de crescimento económico, sobretudo, os bancos comerciais. Portanto, os desafios de crescimento económico do país irão reflectir-se no sistema financeiro como aconteceu nos finais do ano passado, e nos princípios deste ano também. Os principais desafios são decorrentes de

várias situações, por exemplo, por um lado a instabilidade da moeda, tensão política, aprovação tardia do orçamento do Estado e tudo isso provocou abrandamento na rentabilidade. Mas, tendo o país um crescimento económico estável situado entre 7 a 8 por cento, pelo que o sistema financeiro continuará também robusto no seu crescimento como temos vindo a acompanhar.

**AMBN:** Provavelmente em 2015, o sector bancário irá continuar a movimentar-se pela entrada de novos investidores em participações de bancos já existentes, pela potencial emissão de novas licenças por parte do Banco de Moçambique. Qual o posicionamento estratégico do BancABC face a entrada de novos *players* no mercado?

**AMBN:** As pequenas e médias empresas representam o motor de crescimento da economia, atendendo o seu contributo relevante em termos de criação de postos de trabalho e geração de riqueza para o país. Entretanto, um dos principais desafios que este segmento empresarial enfrenta são as elevadas taxas de juro praticadas pelos bancos comerciais, facto que dificulta o acesso ao financiamento. Quais os mecanismos alternativos para colmatar o elevado custo do crédito? Quais as medidas que o BancABC tem estado a adoptar para redução da taxa de juro? Porquê as taxas de juro do mercado mantêm-se em níveis elevados contrariando a taxa de cedência de liquidez do banco central (actualmente no mínimo histórico de 7,5%)?

**HC:** Quando abordamos sobre as taxas de juro estamos a falar do custo

de venda porque o banco é intermediário entre quem tem poupanças e quem necessita de recursos para o investimento ou funcionamento normal da instituição que é o financiamento do capital circulante. Portanto, a taxa de juro que o banco vai praticar ao mutuário decorre essencialmente, da taxa de juro que paga ao depositante e o factor de risco associado a operação. As taxas de juro reflectem exactamente esta estrutura. No que respeita às pequenas e médias empresas, infelizmente são empresas com deficiências de gestão decorrentes da sua própria natureza porque são empresas com um proprietário, são empresas familiares. São empresas pequenas em que a informação financeira ainda não está ao nível desejado em que pode reflectir tudo em termos de gestão pelo que o risco patente dos financiadores (bancos) ainda é muito elevado, o que faz também elevar as taxas de juro. Então qual seria a alternativa? Do nosso lado, no relacionamento com as PME, é não olharmos só na perspectiva de crédito, mas olhar para toda actividade da empresa e depois avaliamos como acrescentar valor. Por exemplo, pode vir uma empresa com contrato com uma empresa pública e pedir empréstimo, podemos usar este contrato como um elemento que pode ser transaccionado por via do banco. Assim, nós podemos financiar o objecto do *procurement* e controlar a entrega do objecto do contrato com esta empresa pública. Assim o risco fica mitigado e há condições de ter uma taxa de juro mais atractiva. Falo de *procurement* assim como podia considerar pequenas empresas do ramo de construção, de transporte, de serviço, etc. podemos encontrar formas de mitigar o risco e reduzir a taxa de juro, e temos feito

isso com algum sucesso com várias empresas a todos os níveis.

**AMBN:** A inclusão financeira constitui um dos pilares da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (2013-2022). Na sua opinião qual tem sido o papel da banca comercial na promoção da inclusão financeira?

**HC:** O papel da banca na inclusão financeira tem sido muito importante, mas infelizmente ainda há muito por fazer. Em Moçambique quando falamos da instalação da banca, falamos do edifício. Mesmo nas discussões que temos tido entre os bancos comerciais e com o governo, a bancarização é instalação das infraestruturas ou distribuição das agências, o que é bastante oneroso. Na minha opinião, para além de infraestruturas, a banca devia olhar outras formas de servir as comunidades nas zonas remotas. Como disse, a banca é muito importante e está sendo feito muito trabalho, mas há ainda muito por se fazer. Mesmo que tenhamos agências bancárias em todos os distritos, ainda teremos muita população sem acesso aos serviços financeiros porque as pessoas vivem de forma dispersa, existe grandes distâncias entre os distritos. Por isso a banca precisa de encontrar outras formas de incluir e servir as pessoas com recurso às tecnologias, por exemplo uso de agentes bancários, uso de cantineiros etc.

**AMBN:** Como é que avalia o actual estágio de implementação da SIMO?

**HC:** Infelizmente o BancABC ainda está muito longe da implementação da SIMO porque isto tem a ver com o desenvolvimento tecnológico. A informação que temos é já de alguns que estão ligados e com transacções, mas a aderência a estes serviços ou ainda é muito variável, ou ainda não está ao nível requerido pela SIMO. Sendo uma iniciativa louvável seria importante criar uma plataforma que permitisse estarmos todos juntos.

**AMBN:** Para terminar Dr. Chambisse?

**HC:** Reiterar que o sector bancário é muito importante para a economia de qualquer país e a AMB joga um papel importante na interligação entre os bancos, mas deve ser ainda mais activo de forma que como bloco, os bancos possam contribuir para um sector financeiro mais desenvolvido.



# Assembleia-Geral da AMB aprova relatório de actividades e contas de 2014

**E ratifica adesão da UBA como membro efectivo da associação**

Reunida em Assembleia Geral Ordinária no dia 20 de Maio de 2015, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apreciou e deliberou positivamente o relatório de actividades, balanço e contas da Direcção relativos ao exercício de 2014, assim como ratificou a adesão da United Bank for Africa (UBA) como membro efectivo da Associação. Para o ano de 2015, Assembleia Geral apreciou e aprovou a proposta de orçamento de investimento e de funcionamento.



Reunião da Assembleia Geral da AMB. 20/05/2015

Presidida pelo Dr. Hernane Patrício Estanque, no domínio da actividade económica e financeira, a nível internacional a AMB constatou que em 2014 o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,3 por cento, o mesmo nível de crescimento registado em 2013, de acordo com a última actualização do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em Janeiro de 2015.

Durante o período em análise, AMB constatou que o mundo enfrentou momentos conturbados que se prolongaram até 2015, associados a problemas geopolíticos, que culminaram com a queda acentuada do preço de petróleo a partir de finais de 2014, como reflexo directo do abrandamento da actividade económica na Zona Euro e em vários países como a China, o Japão, a Rússia, bem como em alguns países exportadores de petróleo.

Na África Subsaariana o crescimento registado em 2014 foi de 4.8 por cento,

igualmente afectada por problemas conjunturais em que os principais países produtores e exportadores de petróleo sofreram um grande choque no crescimento económico. O crescimento económico nos países da SADC foi, no seu conjunto, de 4,3 por cento, com Moçambique a registar um crescimento notável de 7,4 por cento, um pouco abaixo do maior crescimento regional registado na RDC em 8,6 por cento.

A taxa de inflação mundial atingiu 3,9 por cento em 2014, tendo aumentado em 0,3pp em relação ao ano de 2013. Na SADC a taxa de inflação situou-se em 6,3 por cento, contra 5,6 por cento de 2013. Moçambique registou uma inflação de 2,6 por cento, desacelerando em 1,6pp em relação ao ano de 2013, uma inflação abaixo da média da região da SADC.

Relativamente ao comércio mundial, em 2014 o comércio de bens e serviços mostrou sinais de melhoramento nas importações a nível das economias avançadas como resultado do aumento da demanda nestas economias, com um

aumento de 2,3pp entre 2013 e 2014. As actuais previsões para 2015 são de aceleração do ritmo de expansão da actividade global onde se estima em 3,8 por cento.

No que tange à economia nacional e em função dos dados publicados pelo Banco Mundial a 4 de Maio de 2015, Moçambique, registou em 2014, um crescimento económico real anual de 7,4 por cento, justificado pelo sector secundário com um crescimento de 10 por cento, principalmente devido ao aumento da actividade no sector manufactureiro. No mercado monetário, em finais de 2014, o Banco Central decidiu reduzir a taxa de juro de Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPL) em 75 pontos base, passando para 7,5 por cento, após esta ter sido mantida em 8,25 por cento durante o primeiro trimestre do ano.

Em termos de actividades internas, Assembleia sublinhou a consolidação das actividades planificadas, ligação permanente com o Banco de Moçambique e com outros fóruns nacionais e internacionais de desenvolvimento de actividade económica e financeira em cumprimento dos acordos de cooperação e defesa dos interesses dos membros associados. Em termos de perspectivas, a AMB em 2015 pretende continuar as actividades técnicas e sociais, nomeadamente, realização de estudos do sector bancário, da economia nacional e internacional, revisão do acordo colectivo de Trabalho e participação nos fóruns de oportunidades de negócio financeiro e debate financeiro.

## Virado para inclusão financeira:

# Banco de Moçambique celebra 40 anos da sua criação

Em 2015 Moçambique assinalou o 40º Aniversário da Independência Nacional e o Banco de Moçambique também assinala 40º ano da sua criação com apelo à inclusão financeira e aplicação de políticas facilitadoras do processo.



Ernesto Gove que falava durante o Simpósio Internacional subordinado a bancarização e inclusão financeira em Moçambique e valorização do Metical, disse que para enfrentar os desafios nacionais na inclusão financeira, o Banco de Moçambique em 2011 tornou-se membro da Aliança Internacional de Inclusão Financeira com expectativa de encontrar contributos para a definição de melhores políticas e práticas, partilha e padronização de melhores experiências com os países membros. Com adesão o Banco de Moçambique pretendeu ainda identificar as melhores soluções para a promoção e acesso dos produtos financeiros pelos segmentos populacionais mais carenciados, bem assim uma dispersão menos assimétrica das instituições financeiras pelo país, sempre com o propósito último de potenciar o crescimento económico inclusivo e a elevação dos níveis da renda e padrões de vida da população moçambicana.

O Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gouveia Gove disse no dia 17 de Maio de 2015 que a temática sobre a inclusão financeira e crescimento

económico está umbilicalmente associada à educação financeira e protecção do consumidor financeiro, valores essenciais à sustentabilidade do desenvolvimento económico.

## Luisa Diogo defende maior envolvimento da mulher na inclusão financeira

A Dra Luísa Diogo, ex-Primeira-ministra de Moçambique e PCA do Barclays sublinhou que para uma inclusão financeira de sucesso é imperioso incluir a mulher para acelerar os resultados.

“O envolvimento da mulher no sistema financeiro não há dúvida que permitirá o seu envolvimento de parceria com o centro de decisão e o ritmo de acesso a qualquer serviço que requer, antes de tudo, a sua popularização para a maior e mais inclusão”, disse Luísa Diogo.

Acrescentou que com o maior envolvimento da mulher e sua consequente inclusão financeira pode-se vincular a riqueza colocando recursos disponíveis no centro para distribuição e capitalização na periferia que, por sua vez, produz novamente recursos que vêm para o centro de

decisão. Para ela, é também a bancarização que permite que os recursos do Estado estejam mais disponíveis e mais próximos dos seus utilizadores. Na sua opinião este é o processo que permite melhorar o exercício da poupança e estimula as transacções comerciais com impacto positivo na produção, no crescimento económico e qualidade de vida dos cidadãos que é o seu objectivo último e fundamental.

Referindo-se a moeda electrónica e inclusão financeira, a ex-Primeira-ministra disse que os novos serviços financeiros mudaram o paradigma na ligação entre o banco e o cliente nas transacções financeiras.

Para a representante do Banco Mundial no Simpósio Internacional do BM, Gloria Grandolini, a moeda electrónica permite o pagamento de serviços e produtos

diversos nas comunidades onde muitos cidadãos não têm conta bancária.

Gloria Grandolini anunciou que o objectivo do Banco Mundial é eliminar a exclusão financeira e estabeleceu como meta até 2020 assegurar o acesso global, uma ambição para a qual o BM conta com o envolvimento de todos actores financeiros e inovadores das tecnologias de comunicação e informação.

Gloria Grandolini reconheceu o papel do Governo de Moçambique na definição e facilitação de políticas de inclusão financeira e referiu que regista-se passos positivos na África Subsaariana onde 12 porcentos dos 64 milhões de habitantes possuem uma conta móvel, segundo estatísticas do Banco Mundial.

# AMB analisa os desafios das PME's no acesso ao financiamento bancário

As dificuldades no acesso ao financiamento constituem uma das principais barreiras para o desenvolvimento da actividade empresarial em Moçambique. Como já é do conhecimento geral, as pequenas e médias empresas (PME's) enfrentam vários desafios neste domínio, nomeadamente, a falta de contabilidade organizada, insuficiência de garantias, reduzido poder negocial, fraca capacidade de gestão empresarial, debilidades na estruturação de planos de negócio.

A opinião da AMB foi expressa em Maputo, no dia 21 de Maio de 2015, durante a conferência sobre *Fontes Alternativas de Financiamento às PME's*, organizada pela Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) em parceria com a *African Management Services Company (AMSCO)*.

Oldemiro Belchior, Assessor Económico da AMB, falando sobre o tema ***Linhas de Financiamento dos Bancos Comerciais para PME's***, disse que em Moçambique, a parte mais significativa da actividade empresarial é financiada pelo sector bancário e a eficácia dessa parceria é essencial para o desenvolvimento económico e social do País.

Portanto, qualquer PME que precise de apoio bancário para desenvolver a sua actividade deve dar-se a conhecer com total transparência ao seu banco e deve procurar conhecer melhor os parâmetros que condicionam a actuação do seu financiador.

Acrescentou ainda que, é preciso lembrar que os bancos desempenham um papel essencial no sistema de financiamento da economia, através da intermediação entre os que poupam e os que investem ou desenvolvem



Dr. Oldemiro Balchior, Assessor Económico da AMB, apresentando o tema: *Fontes Alternativas de Financiamento às PME's*

negócio, bem como na transformação da maturidade dos activos e passivos.

Na sua explanação, Oldemiro Belchior, falou das linhas de financiamento dos bancos comerciais para o apoio à actividade das pequenas e médias empresas, assim como partilhou ideias e experiências relacionadas com a problemática do acesso ao financiamento às empresas.

Para AMB, o acesso ao financiamento bancário assenta fundamentalmente em três pilares centrais: a idoneidade empresarial, capacidade creditícia do mutuário, e contabilidade organizada. Portanto, uma empresa que actua com ética e transparência, demonstrando capacidade financeira para reembolsar o empréstimo, e apresenta informação contabilística fiável, facilmente, poderá beneficiar do financiamento bancário.

Relativamente às soluções de financiamento PME, o assessor económico da AMB apresentou as linhas de financiamento disponíveis nos bancos comerciais e principais vantagens para as empresas. As linhas de crédito destinam-se a diferentes tipos de finalidades, nomeadamente tesouraria (*factoring, confirming*), investimento (*leasing, lease-back*), importação e exportação (*trade finance*).

Adicionalmente, o assessor económico da AMB, explicou a essência económica e modalidades de apoio do FECOP (Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa), que constitui um mecanismo financeiro alternativo para alavancar projectos de investimento empresarial.

## PME's reagem às elevadas taxas aplicadas pelos bancos



Relativamente ao cenário de elevadas taxas de juro praticadas no mercado bancário em Moçambique, Oldemiro Belchior argumentou que estas dependem essencialmente de dois factores: o custo de *funding* que representa o custo de captação de recursos, sendo a principal fonte os depósitos de clientes, e o risco de crédito implícito na operação.

Para viabilizar o processo de acesso ao

financiamento bancário, Oldemiro Belchior aconselha que as PME's devem manter um historial positivo de relacionamento creditício; negociar garantias/contrapartidas que permitem minimizar o risco, enquadrar a operação de crédito nas linhas especiais disponíveis nos bancos e evitar práticas de manipulação contabilística ou *window dressing*.

## AMB, Instituto Camões e IPEME divulgam Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB), o Instituto Camões e o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), juntaram-se em Maputo, no passado dia 4 de Junho de 2015, para anunciar o Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) que conta com uma dotação financeira de cerca de 434 milhões de Meticais.

Trata-se de um instrumento financeiro criado com o objectivo de apoiar projectos de investimento empresarial com relevante interesse para a economia moçambicana nas áreas de indústria (alimentar e agro-indústria, mobiliário, materiais de construção, têxtil, vestuário, metal-mecânica, gráfica, etc), comércio, serviços e turismo. A mais-valia económica do FECOP consiste na promoção do acesso ao crédito às empresas a custos acessíveis, que envolve a partilha de risco com as instituições de crédito parceiras (Millennium BIM, BCI, Moza Banco e Banco Único).



Destinado para as empresas Moçambicanas, nomeadamente, Micro Empresas, Pequenas e Médias Empresas, Associações e/ou Cooperativas de produtores, o FECOP concede o financiamento em moeda nacional (Meticais), podendo ser com periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual, adequada ao sector de actividade do projecto ou empresa.

Em termos de modalidades de apoio destacam-se as seguintes: bonificação de juros dos empréstimos a conceder pelas instituições de crédito parceiras; garantia do capital mutuado pelas instituições de crédito; financiamento a fundo perdido de serviços especializados e formação profissional.

## Banco Central mantém taxas de juro de referência

O Banco de Moçambique decidiu manter as taxas de juro de referência em 7,5% para a facilidade permanente de cedência de liquidez e em 1,50% a da facilidade permanente de depósitos, de acordo com o comunicado divulgado no dia 15 de Junho de 2015.

Além de ter mantido o coeficiente de reservas obrigatórias em 8%, a comissão de política monetária do banco central moçambicano decidiu ainda intervir no mercado interbancário a fim de garantir que a massa monetária em circulação não ultrapasse 59 204 milhões de meticais em Junho.

No mesmo comunicado, o Banco de Moçambique informa que as reservas internacionais líquidas registaram em Maio uma queda de 24,5 milhões de dólares para 2463 milhões de dólares, correspondendo as reservas internacionais brutas a 3,63 meses de importação de bens e serviços, excluindo os

grandes projectos.

No mercado cambial doméstico o dólar era cotado em Maio a 34,53 meticais, valor que equivale a uma

depreciação mensal de 3,26%, acumulada de 9,27% e anual de 12,73%.

### Publicidade

**Lançamento Dia 23 de Julho de 2015**

- Educação Financeira
- Fontes de Financiamento
- Capacitação Empresarial
- Pesquisa e Investigação
- Formação Profissional
- Guia Prático

Patrocinador Oficial: BCI

Apoio Institucional: IPEME, BVM, BNI, CTA, FAN, etc.

## Adriano Maleiane defende criação de leis para educação financeira do cidadão

O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane disse que devem ser criadas leis para proteger e educar o cidadão no processo efectivo da inclusão financeira em Moçambique, como forma de aliar o desenvolvimento económico aos direitos e deveres do consumidor.

Maleiane afirmou que o Executivo moçambicano tem tomado medidas e estratégias visando acelerar o acesso seguro da população, das comunidades rurais em especial, aos produtos financeiros.

Intervindo também no simpósio, o

director executivo da AFI, Alfred Hanning, elogiou a iniciativa do Banco de Moçambique afirmando ser a primeira vez que um país membro da AFI realiza um simpósio sobre a inclusão financeira com participantes de diferentes quadrantes, para um debate mais abrangente.

«Achamos que está é uma grande oportunidade que temos, como direcção da AFI, para partilhar as nossas ideias com os demais países sobre matérias ligadas à inclusão financeira», declarou Hanning.

O director executivo da AFI é a favor do apoio às PME's (Pequenas e Médias

Empresas) para a criação de mais empregos e conseqüente crescimento económico, como forma de melhorar a qualidade de vida da população. «O financiamento às PME's tem um grande impacto no crescimento da taxa de emprego e melhoria de vida das populações», frisou, adiantando que apesar dos poucos recursos de que dispõem os mais pobres conseguem gerir melhor as suas economias, investindo na alimentação e educação. Na opinião de Alfred Hanning, «essa consciência de poupança deveria reflectir-se também em todas as classes sociais».

### 40ª REUNIÃO ANUAL DO BID

## Desafiado o Papel do Sector Bancário na Inclusão Financeira

A inclusão financeira é um desafio advogado pelo Banco de Moçambique para aproximação e estabelecimento de confiança entre a banca e as Micros e Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. Enquanto as Micro, Pequenas e Médias empresas queixam-se de altas taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais, estes procuram sustentabilidade do negócio.

É neste quadro que decorreu de 8 a 11 de 2015, na Cidade de Maputo, o X Fórum Global do Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), evento inserido no âmbito da 40ª Reunião Anual do BID com a temática de Investir nas ideias e fazer da inovação uma cultura para soluções inovadoras para micro finanças acessíveis em África.

Falando na Sessão de abertura, o Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove, destacou a importância das micro-finanças como meio de integração da população de baixa renda no sistema financeiro.

Para Ernesto Gove, as micro-finanças têm capacidade de penetrar nas zonas rurais mais recônditas, tendo como maiores beneficiários as famílias de baixa renda e o sector informal, segmentos que, nas suas palavras, enfrentam restrições na obtenção de renda para o seu sustento e para a dinamização das suas actividades económicas.

Intervindo na qualidade de Presidente do X Fórum Global do BID, Ernesto Gove referiu que os esforços de inclusão financeira que se verificam um pouco pelo Continente Africano procuram assegurar que todos os indivíduos, agregados familiares e unidades produtivas, independentemente do nível de renda e sector, tenham acesso e possam, efectivamente, fazer uso dos serviços financeiros de que necessitam.



“Em Moçambique, as actividades de micro-finanças têm sido um veículo importante para o provimento de recursos às camadas da população mais desfavorecidas, habilitando-as, deste modo, a desenvolverem micro e pequenas actividades comerciais e produtivas”, frisou Ernesto Gove.

Acrescentou que as finanças islâmicas estão presentes em vários pontos do mundo, incluindo os não maioritariamente muçulmanos, quer através de bancos puramente dedicados a finanças, quer através da banca convencional, abrindo janelas que oferecem produtos e serviços financeiros islâmicos

As finanças islâmicas diferem de outras modalidades financeiras, fundamentalmente, por se regerem pela lei islâmica (sharia), proibindo, por exemplo, a especulação financeira e não permitir que um banco ou financiador de um projecto seja remunerado por meio de pagamento de juros.

Estudos recentes revelam que os activos islâmicos cresceram a “taxas de dois dígitos”, tendo passado de 200 bilhões de dólares, em 2003, para 1,8 trilhão de dólares, em 2013.



**Dr. Oldemiro Belchior**  
Chief Economist AMB

## Project Finance

### Alavanca de desenvolvimento da economia

infra-estruturas. O *project finance* é também utilizado para financiar investimentos nos sectores de petróleo, gás, energia e telecomunicações.

Quais são as características fundamentais destes projectos, que vão desde a construção de infra-estruturas básicas (estradas, pontes, portos), redes de comunicações rodoviárias e ferroviárias, exploração de redes de comunicações, centrais a gás, barragens hidroeléctricas?

As operações de *project finance* apresentam as seguintes características fundamentais:

i. geralmente, representam patrimónios com uma duração de médio ou longo prazo, potenciadores de geração de fundos e envolvendo avultados montantes de investimento;

ii. em muitos casos, o projecto envolve intervenientes de diferentes nacionalidades quer seja na promoção, localização, nos mercados a que se destina o seu *output* e, finalmente, no seu financiamento;

O *project finance* é uma operação de financiamento de uma unidade económica – quase sempre um projecto de investimento com dimensão relevante, geralmente capital intensivo e com localização bem definida, consubstanciando uma actividade económica específica, levada a cabo por um conjunto de investidores ou promotores (designados por *sponsors*) e protagonizada por entidades financiadoras que aceitam envolver-se na operação na base dos seguintes critérios:

i. o projecto gera *cash flows* suficientes para reembolsar o financiamento ao longo da sua vida útil, constituindo a fonte principal de reembolso;

ii. os activos adstritos a essa unidade económica podem funcionar como garante (colateralização) do financiamento concedido, embora normalmente o seu valor esteja muito aquém do valor do financiamento necessário à sua aquisição ou construção.

Várias são as causas que podem estar por detrás desta lógica de financiamento. Podem acontecer que os promotores não tenham outros activos relevantes ou que os que possuam sejam diminutos face à dimensão do projecto.

Neste sentido, as operações de *project finance* são, geralmente, sem recurso sobre os promotores, embora estes detenham o capital da entidade jurídica (empresa) que vai levar a cabo o projecto.

### 1. Enquadramento

O crescimento da economia moçambicana tem sido alavancado pelos grandes projectos de investimento, denominados por megaprojectos, fundamentalmente nos sectores da indústria extractiva e energia, suportados na sua génese pelo investimento directo estrangeiro (IDE). Muitos destes megaprojectos são financiados através de operações de *project finance*.

O *project finance* é uma modalidade de financiamento utilizada para o desenvolvimento de grandes projectos, através da emissão de dívida garantida pelos *cash-flows* do próprio projecto e não por outras garantias da empresa promotora ou de terceiros. Trata-se de um mecanismo financeiro que permite alavancar projectos de grande dimensão que exigem investimentos elevados.

As operações de *project finance* consistem em viabilizar a execução de projectos de infraestruturas, que representam vital importância para o desenvolvimento da economia de qualquer país. Nos países em desenvolvimento, que enfrentam dificuldades para obtenção de recursos financeiros, o *project finance* constitui um importante instrumento para o financiamento de projectos de investimento em

#### Características Comuns de Project Finance

- A contratação dos financiamentos é precedida de avaliações detalhadas e especializadas de carácter técnico e económico-financeiro;
- Existe um acompanhamento permanente da evolução do projecto após a contratação do financiamento;
- A documentação contratual envolvida é geralmente muito complexa, implicando um cuidado especial na definição clara dos diferentes papéis a desempenhar pelos vários intervenientes (entidades promotoras, *advisors*/consultores, entidades financiadoras) ao nível da responsabilidade perante os financiamentos e respectivos mecanismos de protecção do crédito;
- O custo de financiamento desta modalidade é geralmente mais elevado do que nas modalidades convencionais de crédito, de forma a cobrir os custos decorrentes dos elementos anteriormente enunciados, assim como a assunção de riscos adicionais pelos financiadores.

1 Situação em que os bancos assumem o risco de crédito sem direito de regresso sobre os promotores.

**Vantagens**

- Partilha dos riscos do negócio:
  - ♦ se houver recurso para os promotores e as coisas correrem mal, o serviço da dívida pode resultar na insolvência dos mesmos;
  - ♦ se não houver recurso, os riscos são suportados pelos financiadores.
- ♦ Especialização da informação/-contabilização:
  - ♦ separar o envolvimento em determinados projectos do resto da actividade (stand alone).
- ♦ Melhoria da capacidade de endividamento do projecto:
- ♦ a autonomização do projecto numa entidade jurídica individualizada pode contribuir para melhorar a capacidade de endividamento, na base de rácios de endividamento superiores normalmente aceites pelos financiadores.

**Desvantagens**

- Operação exigindo articulação perfeita do clausulado dos vários contratos que integram o project finance;
- Custos financeiros muitas vezes superiores aos do crédito convencional.

**2. Os intervenientes de *Project Finance***

A organização de uma operação de *project finance* envolve, geralmente, determinados conjuntos de intervenientes.

**Intervenientes do *Project Finance*****Promotores  
(Sponsors)**

Entidades que têm um interesse directo no projecto e se responsabilizam pela sua gestão.

**Bancos/Outras  
Instituições de Crédito**

Envolvem-se normalmente em sindicatos para proporcionar o financiamento necessário, envolvendo os seus departamentos especializados nas várias fases de desenvolvimento do projecto (*financial advisor, arranger, agent, participants*).

**Consultores Técnicos  
(Technical Advisers)**

Especialistas de engenharia e outros especialistas técnicos que fornecem consultoria independente em relação à viabilização e acompanhamento do projecto.

**Entidades  
Governativas/Estatais**

Podem ser: as que se situam no território onde o projecto vai ser desenvolvido; as entidades referentes aos países dos restantes intervenientes, que podem ter interesse directo em apoiar os fornecimentos de empresas nacionais através, por exemplo, de mecanismos de apoio à exportação.

**Agências/Entidades  
supranacionais**

Promovem o investimento e o desenvolvimento económico. Exemplos: DBSA, BAD, BID, IFC.

**3. Tipos de Risco versus Fases de Desenvolvimento**

As operações de *project finance* envolvem, na prática, vários tipos de risco, cuja intensidade depende da fase em que o desenvolvimento do projecto se enquadra.

**Fase de Construção**

O risco incorrido pelos Bancos é máximo, e o projecto ainda não gera *cash flows* para pagamento do serviço dívida do financiamento. Nesta fase, os Bancos impõem contratualmente a necessidade de recurso sobre os promotores, que deverão apresentar garantias de construção e conclusão do projecto.

O consórcio construtor tem igualmente, nesta fase, uma responsabilidade acrescida sobre os restantes intervenientes, quer no

construção, quer ainda no que diz respeito a cumprimento de prazos.

**Fase de Start-up**

Na fase de arranque do projecto verificam-se os riscos operacionais relacionados com o bom funcionamento de infra-estruturas e equipamentos, que condicionarão a capacidade de os produtos/serviços gerados pelo projecto terem aceitação nos respectivos mercados.

É uma fase tipicamente crítica no que respeita a atrasos nos pagamentos bem como adiamentos para integrar correções. O risco para os Bancos permanece elevado, mas é nesta fase que contratualmente se verifica a transição para uma relação creditícia com os promotores baseada no não recurso sobre estes.

**Fase Operacional**

Finalmente, o projecto entra na sua fase operacional e começa a libertar meios financeiros, que poderão servir para pagamento do serviço da dívida.

O risco para os Bancos diminui nesta fase de forma substancial e pode ser relativamente reduzido se tiverem sido previamente acordadas condições de consignação de receitas que, ao longo de um período adequado, garantam ao Banco a disponibilização dos fundos necessários para reembolsar os empréstimos concedidos.

Seguidamente, apresenta-se uma matriz com elenco dos vários tipos de risco e uma interpretação da sua intensidade relativa ao longo das três fases mencionadas.

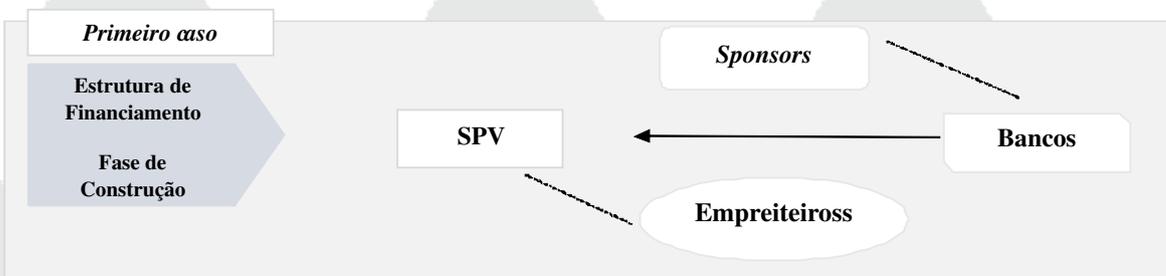
Contratualmente, as operações de *project finance* preveem múltiplas formas de diminuição do risco para as entidades financiadoras.

### Cláusulas de diminuição do risco para as Entidades Financiadoras

- Garantias de finalização de empreitadas (a prestar pelo consórcio construtor);
- Acordos de injeção de fundos por parte dos promotores (especialmente nas fases de construção e arranque);
- Testes de finalização (momento da conversão de *full-recourse* para *non-recourse*): peritagens independentes, testes de produção, contratos de vendas, teste económico-financeiro baseado no *cover ratio*;
- Contratos *take-or-pay* ou *take-and-pay*, que são contratos, estabelecidos “à cabeça” entre os promotores do projecto e os clientes dos produtos gerados pelas actividades subjacentes, de aquisição prévia da produção a partir de determinada data, e que se podem aplicar mesmo que não seja possível produzir os bens acordados na data prevista;
- Contratos *through-put*, constituindo modalidade similar à anterior, mas para o caso da prestação de serviços (exemplo: utilização de um *pipeline*);
- Hipotecas (bens imóveis) e penhores (bens móveis);
- Consignação de receitas (contratos de vendas e *take-or-pay*);
- Participação das entidades financiadoras como cobeneficiárias em garantias de boa execução de obras prestadas a favor dos promotores (também designadas *performance bonds*);
- Participação das entidades financiadoras como beneficiárias em outros acordos de gestão de projecto.

### 4. Estruturas Típicas de *Project Finance*

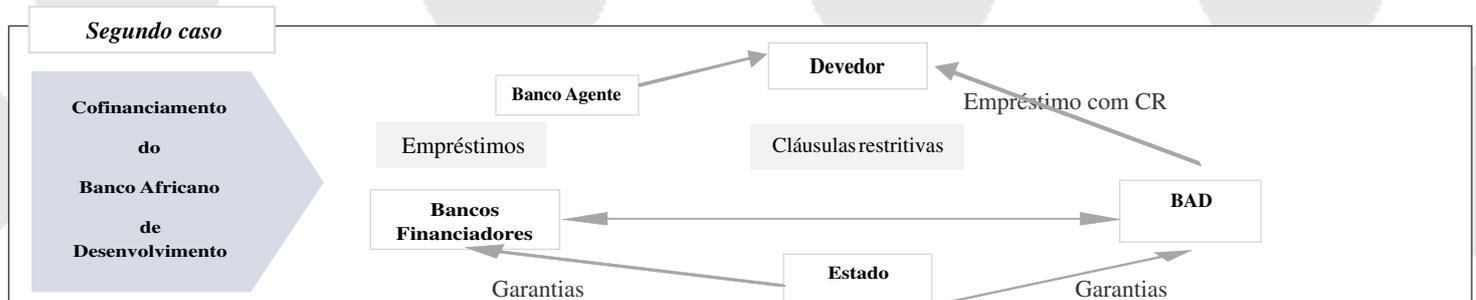
Apresenta-se seguidamente duas estruturas típicas para dois projectos de *Project Finance*:



Neste caso, estamos perante uma estrutura de financiamento típica de uma fase de construção de um dado projecto. O devedor é uma empresa especialmente formada para o efeito (SPV – também designada *Special Purpose Vehicle*), juridicamente distinta dos promotores.

Esta é uma estrutura que se aplica, por exemplo, embora num âmbito um pouco distinto, formação de consórcios para a consecução de empreitadas de obras públicas, nas quais os Bancos financiadores analisam primordialmente os *cash flows* estimados.

Neste caso, o património dos promotores foi isolado do financiamento do projecto.



Neste caso, estamos perante um projecto cofinanciado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), destinado a um país em desenvolvimento (devedor). Neste cenário, os Bancos financiam o projecto paralelamente, constituindo-se em sindicato bancário existindo *covenants* (cláusulas contratuais restritivas) entre os financiamentos dos Bancos e do BAD.

Neste caso, verifica-se o interesse de um Estado em garantir os financiamentos, porventura por lhe interessar desenvolver a cooperação económica subjacente ao projecto com o país devedor.

#### Concluindo:

- O *project finance* configura uma modalidade adequada de financiamento de projectos de elevada dimensão, escala internacional e com capacidade de geração de *cash flow*. Este tipo de financiamento permite que grandes obras públicas, projectos de exploração de recursos naturais e projectos de infraestruturas, tenham lugar de uma forma estruturada, assumindo um papel relevante no desenvolvimento da economia de qualquer país.
- O *project finance* acaba por ser a consequência lógica da necessidade de partilha de riscos e da utilização de capitais de médio e longo prazos em projectos de elevada dimensão, sustentados por fluxos identificáveis de *cash flows* a eles consignados.
- Pode-se afirmar que, sem o *project finance*, e o envolvimento empenhado da banca de dimensão internacional, muitos dos projectos de desenvolvimento levados a cabo em todo o mundo não teria lugar.
- O *project finance* assegura uma solução eficaz para a crescente dificuldade de cobertura orçamental de projectos infraestruturais relevantes por parte das entidades governamentais e supranacionais.

<sup>2</sup> Por exemplo se o serviço da dívida falha com um Banco, denuncia todos os outros contratos de financiamento existentes (*cross default*).



www.bancabc.co.mz



www.btm.co.mz



www.barclays.co.mz



BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS  
www.bci.co.mz



BANCO MERCANTIL E DE INVESTIMENTOS  
www.bmi.co.mz



BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO  
www.bni.co.mz



www.ecobank.com



www.fnb.co.mz



www.gapi.co.mz



www.capitalbank.co.mz



www.mcbmozambique.co.mz



www.millenniumbim.co.mz



www.mozabanco.co.mz



www.standardbank.co.mz



www.ubagroup.com



www.bancounico.co.mz

## Ficha técnica

### AMBNewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos;  
Dispensa de Registo N.º 03/GABINFO-DEC/2015; Edição n.º 03, Abril -  
Junho de 2015; **Coordenador Editorial:** Secretário Geral da  
AMB: José Mussane; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção,**  
**Fotografias e Maquetização:** B. M. Chabualo; **Colaborador:**  
Oldemiro Belchior; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:**  
Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail:

[ambancos@teledata.mz](mailto:ambancos@teledata.mz)

[www.amb.co.mz](http://www.amb.co.mz); Maputo -  
Moçambique